

Presidente da Câmara promete novos avanços

Mesmo que a Câmara Municipal de Montenegro tenha preenchido todos os requisitos de boas práticas no Mapa da Transparência e seja detentora do selo do TCE-RS, ainda é possível melhorar. É o que afirma o presidente do Poder Legislativo, vereador Márcio Müller (PTB). Conforme ele, entre os projetos para este ano está inclusive um novo site para a instituição aprimorar a comunicação com o público jovem. Confira:

Jornal Ibiá – Como o senhor analisa a Lei de Acesso à Informação?

Márcio Müller - A Lei de Acesso à Informação é uma ferramenta importantíssima para que o cidadão colabore na fiscalização de todos os atos públicos, principalmente nos que envolvam o dinheiro do contribuinte. Vejo a questão como algo que deva ser incluído nas discussões das pessoas, não só no ambiente político, com os gestores da sociedade, mas também no ambiente familiar, levando o tema para ser tratado em casa, como forma de aumentar o conhecimento sobre os atos praticados pelo

poder público.

JJ – Em sua gestão à frente do Poder Legislativo de Montenegro serão adotadas medidas para aprimorar as boas práticas de transparência na internet?

Márcio Müller - Quanto à preocupação de nossa gestão em relação à transparência, o foco principal é a manutenção do primeiro lugar, conquistado com muito esforço, dando continuidade às ações que estão sendo feitas.

Além disso, temos alguns projetos que estão em fase de elaboração e que deverão ter sua implementação no decorrer deste ano. Dentre eles, podemos citar a criação de uma campanha publicitária para divulgação do portal da Câmara de Vereadores de Montenegro, além da elaboração de um novo site, mais amplo e moderno, que atenda as necessidades dos internautas e chame mais atenção do público, principalmente jovem, que hoje está extremamente conectado com as novas tendências e tecnologias. O poder público não pode ficar de fora destas inovações.

mas também no ambiente familiar, levando o tema para ser tratado em casa, como forma de aumentar o conhecimento sobre os atos praticados pelo

principalmente jovem, que hoje está extremamente conectado com as novas tendências e tecnologias. O poder público não pode ficar de fora destas inovações.

ge
ão

para a aquisição e respectivo (s) edital (is), fornecendo cópia dele (s); ano de fabricação de cada escavadeira; e fonte de recursos: próprio ou transferência de outra esfera da administração pública?" Contudo, transcorridos 48 dias, não houve retorno, o que viola a LAI, que

prevê "acesso imediato à informação disponível".



Conforme a mesma lei, o agente público que se recusa a fornecer a informação requerida está cometendo conduta ilícita e fica sujeito não apenas a multa, mas também a rescisão do seu vínculo com o poder público.

Fique de olho



Os administradores – prefeitos, governadores e o presidente – têm o dever de gastar corretamente e prestar contas. E a população tem o direito de saber como esses recursos

estão sendo aplicados. Infelizmente, existem administradores desonestos que se apropriam de dinheiro público enquanto a população fica sem atendimento médico, sem merenda escolar, sem obras e serviços essenciais para viver com mais conforto e dignidade.



Parte dos impostos federais que você paga é utilizada diretamente na cidade. Esse dinheiro ajuda na realização de

uma série de benefícios para a população. As verbas que vêm de Brasília ajudam a melhorar sua cidade em diversas áreas:

- Merenda escolar
- Saúde e remédios
- Escolas
- Creches
- Idosos
- Estradas
- Poços e Barragens
- Bolsa Família (cartão)



O sistema de fiscalização no município:

- A câmara municipal fiscaliza a prefeitura.
- O vereador acompanha de perto os gastos da prefeitura.
- A prefeitura presta contas à câmara municipal.
- O cidadão fiscaliza todos.



O sistema de fiscalização no município:

- A câmara municipal fiscaliza a prefeitura.
- O vereador acompanha de perto os gastos da prefeitura.
- A prefeitura presta contas à câmara municipal.
- O cidadão fiscaliza todos.



O orçamento é a lei na qual os governos (municipal, estadual ou federal) deixam claro o que pretendem fazer com o dinheiro público. Nos

municípios, essa lei é votada uma vez por ano na câmara municipal. Esse é um bom momento para participar. Em muitas cidades do Brasil, a população participa ativamente do processo do orçamento. Nessas cidades, os moradores decidem como será utilizado o dinheiro da prefeitura.

tura e acompanham de perto os gastos.



A prefeitura deve comunicar por escrito aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no município a chegada da verba federal em um prazo máximo de dois dias úteis.



O dinheiro público vem dos impostos e taxas que as pessoas pagam. Dinheiro público é do povo, é seu, mas você acompanha como ele está sendo gasto? Neste sentido, a prefeitura tem que ajudar o cidadão a esclarecer como os

recursos são gastos. É dever da prefeitura:

- Informar população, com clareza, como gasta o dinheiro.
- Prestar contas à população.
- Quando começar a discutir o orçamento, convocar a população para audiências públicas.

Isto não são favores, é lei. Com informação, podemos fazer que o dinheiro seja bem aplicado, ajudando a melhorar a vida de todos.



A prefeitura deve incentivar a participação popular na discussão de planos e orçamentos. Suas contas devem ficar disponíveis para qualquer cidadão.

Fraudes

Seis formas que administradores fraudam licitações

1 Não publicando os editais, o que limita a participação dos interessados e acaba beneficiando empresas de amigos e parentes do prefeito ou de outros gestores.

2 Utilizando documentos falsos para tentar provar a participação de empresas que na verdade nem tomaram conhecimento da licitação.

empresas de amigos e parentes do prefeito ou de outros gestores.

2 Utilizando documentos falsos para tentar provar a participação de empresas que na verdade nem tomaram conhecimento da licitação.

3 Criando, com a participação de amigos, empresas "fantasmas", muitas com endereços falsos ou inexistentes.

4 Usando notas fiscais "frias" dessas empresas "fantasmas".

5 Direcionando para uma única empresa a totalidade ou a imensa maioria das licitações.

6 Pagando integralmente por obras e serviços que não foram concluídos.